



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Relatório Final – PIBIC

**NORBERT ELIAS E A HERMENÊUTICA DO INTERDISCURSO:
“BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”**

Amanda Congo da Silva Simões

Campina Grande/PB

Setembro/2022

Resumo

A expressão “bandido bom é bandido morto” nos remete a práticas de justiça social que, em certa medida, gozam de aceitação de uma parcela significativa da população brasileira. Classificar tal expressão como interdiscurso impõe, para nós, uma agenda de pesquisa que visa identificar mecanismos sociais que classificam essas práticas como justas e necessárias para a manutenção da ordem social. Para atender às demandas do PIBIC, a pesquisa realizada sobre o tema em tela se limita a um trabalho de exploração bibliográfica, no qual ganham destaque a teoria da análise do discurso de Michel Pêcheux e a Teoria do Processo Civilizador de Norbert Elias. Acreditamos que nossa pesquisa possa contribuir com o debate em torno da noção “desigualdade social” e com a busca de estratégias sociopolíticas para superar essas desigualdades, as quais são identificadas por diversos estudos como matriz fecunda de práticas de violência física e simbólica do Brasil contemporâneo.

Palavras chaves: Norbert Elias; processo civilizador; sociogênese; psicogênese; civilização.

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Alguns apontamentos sobre Elias.....	6
3. Anotações sobre a Teoria do Processo Civilizador e do conceito Processo...	12
3.1. Civilização.....	16
3.2. Sociogênese.....	21
3.3. Psicogênese.....	24
4. Considerações finais.....	27
Referências.....	29

1. Introdução

O relatório parcial aqui apresentado faz parte da execução do projeto PIBIC. Esse projeto tem por finalidade compreender o funcionamento de esquemas de dominação social, perceptíveis nos modos de vida coletivos e que, em grande medida, se perpetuam historicamente através do uso instrumental de determinadas formas de linguagem. Palavras, frases, ditados populares, construídos no âmbito de processos de socialização denotam, quase sempre, os fundamentos morais que justificam a inclusão ou a exclusão de determinados grupos ou indivíduos no seio da vida coletiva. O eixo articulador da nossa pesquisa é a expressão “bandido bom é bandido morto”. Amparados na Teoria da Análise do Discurso, classificamos essa expressão popular como interdiscurso. A pesquisa realizada para fundamentar o presente relatório parcial é de caráter bibliográfico. Nesta fase da nossa pesquisa realizamos um estudo aprimorado da Teoria do Processo Civilizador, expandida nas obras de Norbert Elias, bem como na leitura de teóricos que, no contexto social brasileiro, nos permitem compreender os mecanismos sociais que possibilitam a perpetuação de diversas formas de dominação. Com o auxílio do orientador, o Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota, em este texto abordamos os seguintes temas: Norbert Elias como um teórico relevante para os estudos contemporâneos relativos à Sociologia do Conflito; a Teoria do Processo Civilizador, como uma construção teórica proeminente ao pensamento social contemporâneo; a categoria sociogênese como uma categoria central da referida teoria. Friso que também acrescentamos as conceituações teóricas de processo, civilização e psicogênese como conceitos analíticos centrais na obra de Norbert Elias.

Para analisar as condutas relacionadas ao interdiscurso de “bandido bom é bandido morto” tomamos como referência a pesquisa sócio-histórica apresentada na obra de Elias. Na tentativa de compreender a forma como se realiza o processo civilizador no Ocidente, Elias apresenta um conjunto significativo de dados empíricos. Com abundante conteúdo descritivo sobre as transformações de algumas condutas socialmente impostas, o referido autor nos ajuda a entender a rede de configurações sociais que dão vida e colorido à vida coletiva. Além disso, sua conhecida tese sociológica sobre os processos civilizatórios que ocorreram em ocidente, toma como ponto de partida as transformações realizadas no *habitus*¹ individual,

¹ *Habitus* é uma noção antiga, usada originariamente sob o nome de hexis no pensamento aristotélico. Aparece na época medieval, na *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino, traduzido no latim como *habitus* (particípio passado do verbo haver que designa ter ou possuir). Embora tenha sido usado por diversos autores, foi Pierre Bourdieu, na década de sessenta, quem o conceitualizou com maior precisão e o divulgou amplamente no campo da sociologia, na tentativa de forjar uma teoria que permitisse desconstruir a oposição latente nas diversas tradições de pensamento entre objetivismo e subjetivismo. Para ter uma noção mais precisa do conceito de

decorrente de mudanças na estrutura da sociedade ao longo dos anos.

À teoria do processo civilizador, agregamos como recurso analítico algumas contribuições da análise do discurso. Dessa sorte, considero oportuno apresentar neste texto algumas posições teóricas e conceitos de análise do discurso pensada e divulgadas por Michel Pêcheux. O referido filósofo francês teoriza a forma através da qual a linguagem, mediante processos de interação social, é materializada na ideologia, e, vis-à-vis, em como a ideologia se manifesta na linguagem. Pêcheux concebe o discurso como um lugar particular no qual esta relação transcende, e pela análise do funcionamento discursivo, ele determina explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. É importante frisar que o autor estabelece como ponto central de sua análise a relação entre o simbólico e o político.

O interdiscurso “bandido bom é bandido morto” nos remete a um contexto sócio-histórico, a um tipo de estrutura social despótica, hierarquizada, na qual essa expressão ganha sentido e é dirigida a uma camada social específica, quase sempre composta por pessoas pobres e pretas. Nesse sentido, este trabalho visa destacar, com base na articulação da teoria eliasiana e da análise do discurso, diversos elementos que constituem a realidade social brasileira, na qual, em certa medida, podemos compreender os fundamentos morais que justificam a inclusão e exclusão de determinados indivíduos ou grupos sociais no seio da vida coletiva, bem como observar os mecanismos sociais que perpetuam as diversas formas de dominação que definem os traços do processo civilizador no contexto social brasileiro.

Desta forma, é possível através da Análise de Discurso compreender como as relações de poder são significadas e simbolizadas. Para Pêcheux o termo *discurso* é um conceito que serviu justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem, além disso, o instrumento da prática política é o discurso, ou, em outras palavras, a prática política tem como função pelo discurso, transformar as relações sociais, reformulando de tal modo a demanda social.

E partindo disto, é aí que aparece o que o autor chama de ilusão política no quadro das preocupações e objetivos da Análise de Discurso, essa questão é uma preocupação presente nas reflexões de Michel Pêcheux. Ele define interdiscurso como uma memória discursiva, de acordo com este conceito, as pessoas são filiadas a um saber discursivo que em certa medida não se aprende, mas que produz seus efeitos por interlúdio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso, portanto, é estruturado ao complexo de formações ideológicas que são representadas no discurso pelas formações discursivas.

habitus no pensamento de Bourdieu, pode-se ler Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Kabila. Oeiras: Celta, 1972.

Segundo Pêcheux (1983), o discurso se constitui através de uma prática, não apenas de representação do mundo, mas, sobretudo, de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Em tese, o “interdiscurso” concede dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Tudo o que foi dito sobre determinado tema e seus correlatos está de certo modo significando os sujeitos, todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, ou até mesmo em outros momentos, tem um efeito sobre o que foi dito em algum lugar mesmo muito distante, como também traz diferentes pressupostos. É o interdiscurso que especifica, como diz Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.

Como podemos analisar o interdiscurso “bandido bom é bandido morto”? Acredito que uma pista a seguir para responder a essa pergunta está na teoria do processo civilizatório. Segundo Elias (1994^a), essa teoria nos remete à trajetória percorrida no curso das transformações realizadas na sociedade ocidental, que ocorreram na prolongação e na direção do processo civilizador. Para compreendermos o modelo de análise social eliasiano, faz-se necessário ter em mente a estrutura das personalidades individuais e a dinâmica da sociedade na qual se realiza um estudo concreto. Em nosso caso, nos remetemos à sociedade brasileira. É a partir dessa realidade específica que descreveremos o uso metodológico da Teoria do Processo Civilizador na pesquisa sociológica.

Procuramos construir o presente relatório de pesquisa a partir de uma estrutura lógica. Inicialmente apresentamos uma revisão sobre Elias. Em seguida fazemos uma revisão do que consiste a teoria do processo civilizador e, posteriormente, abordamos alguns critérios que foram utilizados por Elias na investigação de dados empíricos relativos ao conceito de sociogênese. Por fim, analisamos a problemática da violência, tendo como base o interdiscurso de “bandido bom é bandido morto”, relacionando tal narrativa com práticas de segurança pública, cuja identificação constitui a questão norteadora do segundo momento de nossa pesquisa. A coleta e análise de dados empíricos corresponde a outro momento da pesquisa. Por enquanto apresentamos algumas pistas analíticas identificadas em nossa pesquisa bibliográfica.

O registro aqui apresentado é de ordem bibliográfico. Nele, incluímos um conjunto de leituras de algumas obras de Elias que consideramos relevantes. Da mesma forma, levamos em consideração outros autores que abordam o tema em questão. Bueno, Samira (2014) e J Lemgruber, I Cano, L Musumeci (2017), são exemplos de autores brasileiros que estudam questões relativas a este trabalho.

Neste sentido, a ampliação de autores e obras foi com o intuito de identificar quais conceitos utilizados em sua obra magna “O processo civilizador”, promovem um diálogo maior entre a problemática da violência e segurança pública no Brasil. Desta forma, mediante a pesquisa documental procuramos identificar conceitos e sistematizá-los visando a construção de uma fundamentação teórica que possa consolidar a análise dos dados empíricos a serem coletados posteriormente.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através das seguintes atividades:

- **Atividade 1:** Exploração Bibliográfica, fase na qual incluímos obras de Nobert Elias, bem como de autores que nos ajudam a pensar a questão da estigmatização social brasileira. Da mesma forma, procuramos artigos científicos que nos pudessem ampliar o horizonte de compreensão da teoria do processo civilizador, assim como a estigmatização social como problema sociológico.
- **Atividade 2:** Seleção do material bibliográfico.
- **Atividade 3:** Realização da leitura, análise e debate do material selecionado.

2. Alguns apontamentos sobre Elias

Norbert Elias (1897-1990) nasceu em Breslávia, na Polônia Ocidental. De família judia, onde viveu uma parte de sua vida na Alemanha prussiana. Filho único e com uma saúde frágil, foi assistido de cuidados parentais até a explosão da segunda guerra mundial. Elias passou a maior parte de sua vida consagrado à sua atividade profissional. Sua vida profissional foi marcada por muitos obstáculos. Abandonou seus estudos de medicina para se dedicar integralmente às Ciências Humanas. Em Heidelberg, em 1924, já com o seu doutorado em filosofia e psicologia, Elias se interessou pela Sociologia, e lá frequentou os seminários de Alfred Weber. Em 1930 acompanhou Karl Manheim, e tornou-se seu assistente. Com relação aos clássicos da Sociologia, Elias se posicionou de maneira crítica. Elias começou suas leituras na área aos 28 anos de idade, no círculo social de influência weberiana. Foi um escritor que através de suas obras gerou grandes contribuições para as Ciências Humanas, mas foi na sociologia onde nosso autor ganhou notoriedade mundial.

A obra de Elias é extensa. O Processo Civilizador foi publicado no ano de 1939. Nessa obra o autor formula os fundamentos da sua teoria sociológica. Contudo, a obra de Elias ganharia reconhecimento e divulgação de forma tardia. A finais da década de 1960, os trabalhos de Elias começam a ser conhecidos e suas obras traduzidas em diversas línguas.

Entre essas obras destacamos: “O processo civilizador”, “A sociedade de corte”, “Os alemães” e a “Introdução à Sociologia”. O foco principal de Elias foi propor uma teoria sociológica que, fundamentada em dados empíricos, permita que seus leitores compreendam como as relações entre indivíduo e sociedade foram se construindo ao longo do tempo. Elias é conhecido principalmente pela sua obra “O processo civilizador”. Essa obra foi publicada pela primeira vez na Suíça em 1939. Enquanto o *locus* de pesquisa, que marca o processo civilizador, é o período compreendido entre a Idade Média e a iniciação da sociedade cortesã.

Em razão da perseguição nazista, Elias foi exilado na Inglaterra desde os anos de 1935, apenas em 1954 conseguiu uma vaga de conferencista no departamento de Sociologia da Universidade de Leicester, no qual após dois anos obteve o cargo de professor, recebeu o prêmio Theodor W. Adorno em Frankfurt em 1977, por suas contribuições e conjunto de obras voltadas para a Sociologia. No entanto, Elias morreu em Amsterdã em 1990 (Veiga, 2005). Elias descrevia o trabalho do cientista social como uma “viagem da descoberta” ao reino, onde em grande parte era desconhecido da sociedade.

A produção eliasiana é vasta e complexa, parte foi escrita em alemão, parte em inglês. Elias pesquisou variadas questões, que abrangeram diversos temas, entre os quais estão: os costumes, os comportamentos na idade moderna, a gênese do Estado Ocidental, as diferentes concepções sobre o tempo, o conceito de vida cotidiana, a questão do símbolo, o viver e o morrer, a violência, o esporte, entre outras tantas práticas sociais.

Os conceitos e temas tratados pelo autor, vão para além de estudos voltados a Sociologia justamente pelo seu caráter interdisciplinar, pois como aponta Elias (2001), todos os fenômenos e processos sociais onde envolvem pessoas são passíveis de investigação. Friso que o autor em suas obras expressa que há uma necessidade do trabalho investigativo por parte do pesquisador, ou seja, é necessário que o pesquisador supere as polaridades que são postas pelas Ciências Modernas no que diz respeito a indivíduo e sociedade, passado e presente e a relação entre causa e efeito.

Em adendo, as críticas de Elias à sociologia clássica centraram-se na questão da dicotomia indivíduo-sociedade. A tradição clássica abordava a questão como se houvesse indivíduos de um lado e a sociedade do outro. Em oposição à tradição, segundo Elias, os conceitos “indivíduo” e “sociedade” não são estáticos, pois estão sempre sofrendo transformações; eles se diferenciam, mas são elementos de uma mesma estrutura.

Desta forma, como aponta Elias em sua obra aclamada, o conceito de civilização implica uma autoimagem das sociedades ocidentais. Para identificar a construção dessa autoimagem, para o autor, é preciso analisar o processo de transformação do comportamento

humano, no qual pode-se observar que o circuito dessas transformações constitui a tessitura que articula a vida coletiva e que hoje nós denominamos como “civilização”. Nas palavras do autor:

Todas aquelas particularidades que atribuímos à civilização, isto é, máquinas, descobertas científicas, formas estatais, etc., são testemunhos de uma certa estrutura das relações humanas, da sociedade e de um certo modo de organizar os comportamentos humanos. O que resta é perguntar se a consciência que reflete a posteriori pode ter acesso com alguma precisão ao conhecimento destas transformações do comportamento e do processo social da ‘civilização’ dos homens, ao menos para etapas concretas e em seus aspectos mais essenciais (ELIAS, 1993a, p. 105).

Por outras palavras, segundo Elias, poderíamos definir o conceito de civilização da seguinte maneira:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras tudo o que pode descrever como civilização. (ELIAS, 1990, p. 23).

Assim sendo, para trazer evidências de tais mudanças nos comportamentos das sociedades ocidentais, que se auto-intitulam como “civilizadas”, Elias utiliza os manuais de boas maneiras que foram publicados desde a Idade Média até o século XIX.

Para Elias, as transformações ocorreram nas condutas das pessoas, no qual podem ser identificadas nos manuais de etiquetas. Esses manuais, indicam mudanças que foram concebidas na estrutura afetiva desses grupos sociais. E isto pode ser delimitado, apenas na mensuração de certos comportamentos, que, em séculos anteriores, eram habituais. Uma vez que mudam as demandas sociais, comportamentos que eram considerados importantes em uma determinada época, nos séculos posteriores podem causar repulsa ou sentimento de aversão. Tal como ocorre com a prática do escarro, uma prática que Elias analisa para exemplificar o surgimento de vergonha social, um sentimento que se constituiu um mecanismo eficaz de auto coerção. A leitura dos manuais de etiqueta deixava claro que existia um padrão geral que permeia as práticas sociais e universaliza as regras básicas do comportamento. Os costumes mais cotidianos foram reinventados e moldados com o intuito de alcançar modos mais sociáveis de agir.

Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas

relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente (ELIAS, 1994, p. 91)

Desta forma, um novo modelo de relacionamento interpessoal se instala, e logo se dissemina pela própria estrutura da sociedade, onde não se faz mais necessária a correção por parte das pessoas, pois o próprio indivíduo passa a se policiar-se mesmo estando sozinho. Partindo disto, torna-se efetivado o código comportamental que é aceito socialmente, pois o homem civilizado é aquele que eliminou de sua vida pública e privada a satisfação de suas “tendências naturais”.

A despeito da necessidade de diferenciação social, que de princípio motivou o refinamento, e, condicionamento dos comportamentos de maneira geral. Este processo civilizatório tomou grandes proporções, quando a razão científica passou a identificar a importância destes novos hábitos, como um progresso social, tendo em vista a melhoria das condições de vida de todas as pessoas. Foi neste momento, que a civilização se vinculou à supervalorização da razão, no qual, o processo civilizador é identificado como um desenvolvimento de mudanças, que são voltadas ao processo social.

Nas palavras de Elias:

(...) uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a consciência de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espalhar por todas as nações do Ocidente (ELIAS, 1994, p. 64).

A partir das diversas análises das ações do que veio a ser considerado “civilizado”, ele mostra que as mudanças e os costumes não foram modificados de forma aleatória, e através da dinâmica psicológica e dinâmica social, são enfatizados um dos conceitos mais importantes por ele, a relação entre a dinâmica social e a estrutura da personalidade.

A naturalidade em que esses comportamentos são permeados no seio coletivo, faz-se notar em relação àquilo que pensamos, àquilo que sentimos e a forma que expressamos nossas emoções, pois os processos estão fortemente interligados entre si. A sociedade como um todo desenvolveu novas formas de contato social, a participação e a presença a certos encontros, torna-se fator decisivo muitas das vezes para dar continuidade a um negócio ou amizade. Desta forma, as pessoas se tornam juízes umas das outras, exercendo pressão constante para que se cumpram as regras do que é considerado “comportamento civilizado”. Este controle exercido de forma mútua, não ocorreu do dia para a noite, pelo contrário, foi um processo que se desenvolveu de forma lenta e sutilmente, de tal modo que não se torna perceptível aos olhos dos seus próprios agentes.

Na compreensão do processo civilizador, para Elias foi fundamental a leitura das obras de Freud. Essa passagem do coletivo ao social Elias a explica apoiando-se na teoria freudiana. De fato, tendo em vista Sigmund Freud que foi o idealizador da teoria que explica o desenvolvimento da civilização pela repressão constante das pulsões, como também pelo mecanismo da sublimação, esta ideia utilizada por Elias, foi desenvolvida a partir das noções da teoria psicanalítica.

O controle das pulsões agressivas tornou-se a principal meta que a civilização deveria ocupar, portanto, para que o processo civilizatório seja alimentado, os homens precisam ser levados à formação de grupos à vida em comunidade.

Elias conclui que as mudanças de comportamento dos membros de uma determinada comunidade humana ocorrem ao longo dos séculos. Essas mudanças seguem uma direção específica, que, com avanços e retrocessos, pode-se, de certa forma, se esquematizar. No entanto, como elemento comum a todas essas fases de mudanças, essas forças exercem um controle cada vez maior dos instintos e dos comportamentos humanos.

Nas palavras de Elias, poderíamos descrever esse processo da seguinte maneira:

O aumento na repressão destes instintos é inculcado ao indivíduo desde pequeno como se fosse uma autocoação, um costume que operasse de modo automático, em virtude da própria estrutura da vida social, da pressão das instituições sociais em geral e, em particular, da de certos órgãos executivos da sociedade, especialmente da família. Em consequência, as normas e as proibições sociais cada vez se convertem de um modo mais claro em uma parte de si mesmo, em um 'superego' estritamente regulado (ELIAS, 1993a, p. 226).

Para compreender com mais profundidade o sentimento de culpa exposto por Elias em seus escritos, podemos apelar à obra freudiana. Nas palavras de Freud o fenômeno do sentimento de culpa pode ser percebido pelo impacto que causa nos indivíduos. Nas palavras do autor:²

Sua agressividade é introjetada, internalizada; ela é, na realidade, enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego. Aí, é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego, e que então, sob a forma de 'consciência', está pronta para pôr em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos, a ele estranhos. A tensão entre o severo superego e o ego, que a ele se acha sujeito, é por nós chamada de sentimento de culpa; expressa-se como uma necessidade de punição. A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada (FREUD, 1997, p. 83-84).

² O conceito de pulsão difere profundamente do conceito de instinto dentro dos escritos freudianos. Nas obras de Elias, de Marcuse e algumas de Freud, o termo pulsão não aparece, visto que foi traduzido para o português como instinto.

Partindo disto, percebe-se que a civilização só consegue colocar em prática as suas exigências, estimulando de forma contínua o crescimento do sentimento de culpa. O sentimento de culpa que é produzido pela civilização, é o resultado do nosso inconsciente que sabe que está tendo seus desejos de agressividade reprimidos, e este sentimento permanece dentro de nós, de certa forma, como uma insatisfação constante, ou seja, é uma lacuna que procuramos constantemente preencher.

Para Freud o maior problema do processo de desenvolvimento da civilização, é o próprio “mal-estar da civilização”, que tende conseqüentemente a crescer, justamente em detrimento da escolha feita entre a segurança, a liberdade e a felicidade.

Para Elias o “mal-estar da civilização” demonstra que certo pudor incorporado em determinados grupos sociais, no qual se reconhecem entre si, aumentou o avanço ao longo dos séculos em relação à vergonha ou ao pudor, que foi produzido na personalidade dos membros das sociedades ocidentais. Portanto, esse avanço, trata-se de uma transformação do *habitus* ou na própria estrutura da personalidade. Este tipo de figuração social – termo utilizado por Elias –, em que é produzido o impulso para o autocontrole da civilização, alcança sua maior expressão na sociedade cortesã.

Outro ponto interessante explanado na obra, consiste na relação que Elias estabelece entre a formação do Estado e as mudanças na estrutura da personalidade, essa importante relação, demonstra a conexão existente entre a estrutura social e a economia dos afetos.

Elias (1994) enfatiza em *O Processo Civilizador* na quarta e última parte – *Sinopse: por uma teoria do processo civilizador* –, que os conceitos sociológicos não devem ser meramente teóricos, pois eles são o resultado de uma pesquisa empírica. É importante ressaltar que na sessão mencionada o autor expõe critérios que definem a direção do processo civilizador. Os três principais critérios para definir as “direções” dos processos civilizadores são: a mudança na balança entre coerção externa e auto-coerção em favor da última; o desenvolvimento de um padrão social de comportamento e sentimento, no qual se engendre a emergência de um autocontrole mais estável e diferenciado; e um aumento no escopo da identificação mútua entre as pessoas (FLETCHER, 1997, p. 82). Portanto, o autocontrole no qual Elias se refere não é apenas uma questão quantitativa, pois se trata de uma mudança de equilíbrio entre coerções externas e internas.

Em *A Sociedade de Corte*, Elias descreve a trajetória realizada em como o homem construiu um conjunto de hábitos que se perpetuou, e, foram aplicados ao longo dos séculos. É importante enfatizar que nesta obra o autor apresenta um dos conceitos fundamentais, tais como: configuração, interdependência e equilíbrio de tensões. A trajetória concatenada em

seus escritos, ocasionou um conjunto de hábitos que acabou por definir a conduta humana do ocidente como a mais refinada, e, conseqüentemente, a mais civilizada. Em tese, o processo civilizador tornou-se cada vez mais distante dos comportamentos rudes e bárbaros que se associavam a outras culturas.

Este processo civilizador, ou seja, esse processo de disciplinamento dos comportamentos, em O processo civilizador, Elias o descreve como, co-participante da formação do modelo de Estado o qual foi implantado no Ocidente e no século XX se espalhou pelo planeta como sendo a forma de governo mais comum em todos os países. O elevado nível de autocontrole individual que caracteriza a sociedade contemporânea, segundo para Elias, tem um alto custo em termos de autonomia individual, dado que ele implica, repressão das tendências e impulsos naturais que precisam permanecer em um constante autocontrole. É a permanência deste autocontrole a força de coerção social que permite manter o estado de civilização.

3. Anotações sobre a Teoria do Processo Civilizador e do conceito Processo

O estudo processual de Elias remete uma análise histórica de uma determinada configuração social, o tipo de estudo sugerido pelo autor é um processo produzido historicamente, no qual é o resultado de um conjunto de condições históricas e interações específicas, que em detrimento disto, não se baseiam em trocas de igual para igual, ou equilibradas, pois essas trocas estão marcadas pela desigualdade, dominação e poder. Tal estudo olha o passado em termos de fases. Desta forma, Elias propõe o conceito de *Processo*, no qual oferece de forma mais detalhada os estágios ou fases históricas, que ocorreram as mudanças sociais.

O termo *Processo* para Elias diz respeito às mudanças de longa duração que se dão na teia de interdependência entre indivíduo/sociedade nas figurações formadas por pessoas.

Nas palavras do autor:

O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações de figurações formadas por seres humanos ou seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. Em ambos os casos, os critérios são puramente objetivos. Eles independem do fato de o respectivo observador os considerar bons ou ruins. Exemplos disso são: a diferenciação crescente e decrescente de funções sociais, o aumento ou a diminuição do capital social ou do patrimônio social do saber, do nível de controle humano sobre a natureza não-humana ou da compaixão por outros homens, pertençam eles ao grupo que for. Logo, é inerente às peculiaridades dos processos sociais que eles sejam bipolares. Diferentemente do processo biológico de evolução,

os processos sociais são reversíveis. Surtos em uma direção podem dar lugar a surtos contrários e ambos podem ocorrer simultaneamente (ELIAS, 2006, p.27-28).

O processo civilizador é marcado pela internalização das práticas que determinada sociedade constitui, pois como são produtos da relação de interdependência entre as pessoas, os processos de tal modo, pode seguir diferentes caminhos.

Em consequência, o conceito de controle social muito discutido por Elias, no qual é entendido a partir da filosofia política através da teoria do Estado concatenado por Hobbes, é compreendido como a limitação do modo de agir que é exigido para assegurar a unidade no seio da vida coletiva.

A dinâmica da relação de poder e controle dos indivíduos pode ser entendida nas palavras do autor da seguinte maneira:

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos "sociedade". (ELIAS, 1994, p. 23).

A argumentação trazida por Elias, referente à constituição da sociedade civil pacificada e do monopólio da força por parte do Estado, encontra significação mais ampla na teoria dos processos civilizadores, onde nas palavras do autor: “o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo” (Elias, 1990, p. 203).

Referindo-se a Max Weber, segundo Elias Weber acreditava no indivíduo absoluto como sendo a verdadeira realidade social. O Estado Moderno se apresenta como um complexo institucional planejado e erigido, que tem como característica estrutural o monopólio da violência legítima, de acordo com o que Weber classifica como: quadro coativo (WEBER, 1996, p.28). O controle centralizado dos meios de coerção é fortalecido pela legitimidade que a racionalidade jurídica confere, onde a coerção tem caráter sofisticado e é exercida em um determinado setor do Estado. Para Weber o Estado define-se como a estrutura ou agrupamento político que reivindica com êxito, o monopólio do constrangimento físico legítimo, ou seja, o monopólio da violência legítima.

O processo civilizador (ELIAS, 1994) serve justamente para controlar esses sentimentos, controle este exercido pelo monopólio legítimo da força atribuído ao aparelho burocrático racional – legal do Estado moderno (WEBER, 1997). Tal característica constituiu um marco no qual Elias intitula como Processo Civilizador. Elias partindo disto, assim como

Foucault e Weber, identificou os mecanismos de racionalização que dão à máquina estatal a capacidade de governo sobre a sociedade.

Uma das grandes preocupações intelectuais de Elias, e, portanto, objeto de estudo da sua sociologia, é justamente buscar explicações sobre a relação entre indivíduo e sociedade. O autor argumenta que para realizar uma análise configuracional e da sociedade, o ponto central começa pelo estudo do comportamento humano, tanto da sua evolução social quanto da evolução individual.

Assim sendo, para o autor, o conhecimento é um processo que depende de condições sociais específicas, pois está sempre a acontecer. Comte (1978) entendeu que os fenômenos sociais não podiam ser explicados apenas em termos de fins ou tomando algumas pessoas isoladas.

Segundo Elias (2005), Comte mostrou que necessitamos de uma teoria para analisarmos qualquer fenômeno. De fato, o modo como Comte sugeriu que a sociologia deveria analisar os fenômenos sociais em uma rede de interdependência, chamou a atenção de Elias. A proposta do sociólogo, no entanto, é diferente da proposta de Comte. Norbert Elias desenvolveu uma abordagem sociológica dos processos sociais voltada para a análise da formação e transformação das maneiras como os indivíduos convivem em redes de interdependência (HEINICH, 2001).

Essa abordagem também está interessada em compreender as alterações estruturais nas sociedades que ocorreram ao longo de séculos e para a construção de um campo de conhecimento sociológico interdisciplinar que considere não apenas o saber sociológico, mas uma gama de outros saberes conectados com a finalidade de entender melhor a realidade dos fenômenos sociais (KILMINSTER, 2007). Para Elias (2007), nosso conhecimento é um acúmulo de vivências, observações e indagações acerca do nosso próprio mundo.

Elias (1990) observou que as complexas mudanças sociais são processos cujas direções específicas seguem um fluxo e apresentam regularidades passíveis de observação sociológica. Com isso, Elias lembra que o conhecimento é o fruto de um longo processo de aprendizagem da humanidade, de modo que não é possível determinar o começo (BURKE, 2012).

De acordo com Elias, é preciso se atentar às transformações que vêm ocorrendo em nossa sociedade, tendo em vista que na civilização está esculpido o desejo de onipotência, representado no prazer obtido no sofrimento do outro, a estigmatização do interdiscurso de “bandido bom é bandido morto”, nos remete o tratamento à morte do indivíduo, como um alvo último e final. Este tipo de ação em algumas situações é evitável nas sociedades

contemporâneas, que em detrimento disto, são marcadas pelo discurso de paz, direitos humanos, e da minimização das mortes em conflitos externos e internos, mas ao mesmo tempo em determinados contextos, a morte passou a ser normalizada, e isso varia de acordo com a classe social do sujeito, onde também são envolvidos diversos fatores que irá determinar se o sujeito será um alvo último e final.

Na mesma linha de pensamento, Foucault aponta em suas palavras a problemática do interdiscurso erigido: “E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito privado e do que há de mais privado” (FOUCAULT, 1999, p. 296). Nas palavras de Elias, segundo o qual:

Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura (ELIAS, 2001, p. 30-31).

Partindo disto, surge o questionamento de como nas sociedades jurídicas contemporâneas, a aceitação da mortalidade como parte de proteção à vida pode ser tão normalizada e acatada pela sociedade?

É importante frisarmos, que foi por meio de um lento e longo processo civilizador, que um determinado grupo da população fez uso, ainda que de forma inconsciente, de sua posição social para desenvolver uma transformação na esfera dos costumes. De acordo com Elias, o efeito mais perverso que esta transformação acarretou, foi o empoderamento daqueles que incorporaram os novos hábitos, ou seja, os considerados civilizados, que gerou em certa medida, a exclusão daqueles que não acompanharam as mudanças e continuaram “sem modos”, ou seja, incivilizados.

O reflexo deste processo, é visto até os dias atuais em nossa sociedade, pois a tematização do poder, remete algo produzido na vida coletiva, que interfere na classificação, como também na nomeação dos lugares dos indivíduos. Esse contraste fica bastante evidente no pensamento eliasiano, desta forma, através do arcabouço teórico é possível visualizar que as relações de poder classificatórias foram normalizadas ao longo do tempo na vida social.

Com base nisto, para Elias, os mecanismos de classificação e desclassificação social, são produzidos no seio nas relações de interdependências que são protagonizadas entre os indivíduos e grupos, e o elemento estrutural de regulação é a disputa pelo poder.

O processo civilizador de Elias, é uma obra que tem como pretensão, demonstrar que os comportamentos adquiridos como status de hábitos, devido à regularidade no dia a dia, é um conjunto de traços específicos do modo de conduta do homem ocidental civilizado, e que

não estavam presentes em outras épocas da história da humanidade. Portanto tal referencial é primordial para compreendermos os moldes em que a forma humana de agir, de pensar e sentir, se consolidou ao longo dos anos, e como tais mudanças representam em sua totalidade um processo de civilização dos costumes.

A característica do Processo Civilizador de Elias remete a internalização da violência, reitero que é importante apontar que a obra foi uma forma de descrever como os processos sociais ocorreram, e como tais afetam o comportamento e os valores dos indivíduos. Segundo o autor, a gênese da racionalidade crescente e o relaxamento de comportamentos antes proibidos representam uma longa e complicada mudança, um processo social (ELIAS, 2005).

A compreensão dos fatos, nos faz analisar que o poder não é propriedade de ninguém, e portanto, ele não pode ser ferramenta de contenção de idéias e imposição sobre o outro, o poder deve ser um instrumento capaz de dinamizar as condições de equilíbrio nas relações, no qual as vertentes de poder não concatenem hábitos forjados para uma imposição.

Em suma, Elias nos ajuda a compreender que é no curso do processo civilizador, que a balança existente de poder, vem se mostrando mais equilibrada, embora exista o desequilíbrio do poder, a sociedade encontra-se na contemporaneidade constantemente em um processo civilizador, que remete os tempos antecedentes.

3.1. Civilização

O conceito de civilização, é um dos principais termos tratados pelo autor, ao longo de suas análises e de sua obra Magna “O processo Civilizador”, a tentativa de compreensão a respeito de determinado termo, nos remete de certo modo, a luz de sua análise sociológica, que é considerada por muitos estudiosos como “processual”, dado que o autor detém suas preocupações voltadas às transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo, tanto na sociedade, quanto na estrutura da personalidade dos indivíduos.

Tal argumentação pode ser evidenciada pelo autor, no qual ele defende que:

É indispensável que o conceito de processo seja incluído em teorias sociológicas ou de outra natureza que tratem de seres humanos. E quando explica que “quando trabalhara neste livro, pareceu-me muito claro que estava lançando os alicerces de uma teoria sociológica não-dogmática, empiricamente baseada, de processos sociais em geral e de desenvolvimento social em particular (ELIAS, 1990, p. 216).

O autor ao buscar a definição relacionada à ideia de civilização, se abstém de um afastamento. Elias estabelece uma trajetória analítica até chegar à gênese do conceito

proferido, para isto, ele toma como base as diferenças do significado atribuído à civilização no processo histórico que ocorreu entre França, Inglaterra e Alemanha. Sua análise está preocupada em compreender como os fenômenos e processos sociais se posicionam sob o eixo do desenvolvimento histórico. (HEINICH,2001).

É importante frisar que na visão de Elias, são poucos os autores que trabalham e desenvolvem análises relacionadas a uma perspectiva voltada para o lado processual, onde o foco principal é analisar as mudanças que ocorrem no seio da sociedade. O processo de civilização é um processo não planejado de longa duração, no qual surge da conjunção de determinadas atividades planejadas.

Para Elias em primeiro lugar:

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. (ELIAS, 2011, p. 70).

É neste sentido que Talcott Parsons é mencionado como um exemplo a respeito da metodologia científica, como também da teoria sociológica desenvolvida por tal, pois Parsons buscou analisar os diferentes tipos de sociedades, e também os diferentes tipos de relacionamentos que foram se desenvolvendo no interior destas sociedades. O conceito é característica importante para Elias, pois a representação dele pode variar de acordo com o momento histórico, e de acordo com o autor, a forma como definimos conceito está inteiramente ligada a um conjunto de fatores históricos, como também de situações. Assim sendo, os conceitos só passam a ganhar sentido com a vivência de experiências comuns.

Para Elias (1990, p. 26) essas experiências:

Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão. Situação e história do grupo refletem-se nelas. E permanecem incolores, nunca se tornam plenamente vivas para aqueles que não compartilham tais experiências, que não falam a partir da mesma tradição e da mesma situação.

Destarte, tais conceitos não representam um indicativo das necessidades individuais, mas eles se configuram em necessidades de exteriorização coletiva. A história dada como coletiva também se afere nos conceitos. Em determinadas situações os conceitos são tomados como algo espontâneo e natural, considerando que são captados na infância.

A definição de conceito nas palavras do autor, parte de:

Uma geração os transmite à outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto

esta cristalização de experiências passadas e situações reter um valor existencial – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras (ELIAS, 1990, p. 26).

Desta forma, Elias (1990), observa que os conceitos não são eternos, pois a medida em que a sociedade evolui, e as experiências cotidianas da vida em sociedade se desvinculam dos mesmos, os conceitos vão desaparecendo, pois depende do contexto em que estão inseridos.

A respeito do conceito de civilização, observamos que tal aspecto está atrelado à ideia de progresso, o que em certo modo, nos remete, que civilização diz respeito a um processo de evolução social, que é vivenciado por toda sociedade, pois os indivíduos deixariam o estágio inferior para progredir para a direção de um estágio superior, para só então no último estágio chegar a “civilização”. Tal interpretação, conjectura que as sociedades no percurso do processo histórico avançariam a um estágio superior.

Na análise de Elias (1990), ele ratifica que alguns grupos se tornaram mais civilizados, quando comparados com outros. Apesar disso, segundo o autor, isto não resulta que os mesmos se tornaram melhores ou piores, ou seja, não possui caráter valorativo, pois não quer dizer que ser mais civilizado tenha relação com algo positivo ou negativo.

O conceito de civilização aponta:

A uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1990, p. 23).

Elias (1990) constata que o termo civilização, denota a representação que o Ocidente tem de si, e isto se constatou ao verificar as transformações ocorridas ao longo do processo histórico, pois o autor observa que o termo não possui o mesmo significado para as demais nações ocidentais, e isto inclui a França e a Inglaterra. De acordo com o autor, a explicação para ocorrer a diferença nos significados está relacionada ao contexto histórico e político, vivenciado por tais países no século XVIII.

Pois para os franceses e ingleses, civilização remete a importância e o orgulho que eles têm da sua nação, a respeito da contribuição dada ao progresso do Ocidente, como também da humanidade; já para os alemães, civilização não está relacionado ao lado universal, como é visto na França e Inglaterra, pois o alcance era limitado a aristocracia cortesã, tal classe almejava se aproximar do comportamento dos franceses, que para aquele contexto histórico,

era considerado como comportamento ideal, ou seja, algo a ser seguido, pois segundo Elias (1990) tal comportamento era visto como "sinônimo de superioridade e a sua adoção se configurava em uma forma de distinção".

Assim, as nações que se denominam civilizadas acreditam estar no ápice do desenvolvimento da humanidade, o que lhes dá o direito de subjugar aqueles que são anteriores à civilização (ELIAS, 1994, p. 64).

Dito isto, o conceito de civilização expressa a auto-imagem que a Inglaterra, França e Alemanha têm de si, esta auto-imagem denota a forma com que eles julgam a humanidade na forma como devem assumir e seguir. O conceito de civilização é a forma como a alta sociedade europeia se reconhece sobre o percurso atravessado de sua própria história. O autor coloca como centro do desenvolvimento das sociedades, assim como da evolução humana a passagem do controle social para o autocontrole.

Para os alemães, segundo Elias, o termo civilização não alude às características intelectuais do povo alemão, e sim o comportamento e as atitudes, pois para eles o termo não significa superioridade, o que de modo contrário, ocorre do caso francês no desenvolvimento de tal conceito.

Landini (2005), ressalta que a questão que o autor se propõe a responder é sobre como e porque a sociedade ocidental passou de um padrão para outro, ou seja, do padrão de civilidade para o de civilização. A passagem dos conceitos de cortesia para civilidade e de civilidade para civilização remete o desejo de distinção social que é materializado a partir de um processo de refinamento dos comportamentos por parte dos cortesãos.

Por outro lado, civilização é a expressão da “autoimagem da classe alta européia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos [...]” (ELIAS, 1994, p.54).

Nas palavras de Elias (1990, p. 62), o conceito de civilização na sociedade francesa se:

Constitui um contra conceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie (...). Assim a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir (...) [Ela] absorve muito do que fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão moral de costumes, isto é, fato social.

Friso que Elias procura desconstruir essa noção que as nações civilizadas tinham de si, noção esta que na década de 1930 ainda era vista como refinada, pois demonstrava o resultado dos processos graduais das transformações ocorridas na estrutura dos comportamentos, e antes de tudo, na personalidade dos indivíduos que auto se intitulavam de civilizados.

O processo civilizador demonstra que:

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuir-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social particular, e de correspondentes formas de comportamento. (ELIAS, 1994, p.73).

A vista deste argumento, percebe-se que a ideia de civilização corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária, que teve início nos primórdios do gênero humano e que não tem fim, apenas uma direção definida (LANDINI, 2007). Para Elias (2006), de certo modo, isto significa que não há como afirmar que indivíduos ou sociedades sejam, enfim, “civilizados”, restando apenas a possibilidade de comparação entre diferentes sociedades, com o intuito de vislumbrar o nível de civilização de cada uma.

Civilização para Elias, tem uma ligação forte com o processo de autoconsciência ocidental, sendo de primórdio um conceito de cunho universal, o autor está preocupado com a questão da autoconsciência, é notória em sua obra que a análise dos “manuais” de etiqueta que ditavam as normas e os padrões, eram de suma importância, pois tratavam sobretudo, do comportamento do homem consigo mesmo, que, de modo a sustentar tal tese, o autor aplica a metodologia de análise de processos de longa duração.

Em suma, o Processo Civilizador, concatena o processo de civilização das maneiras e das personalidades dos indivíduos que se transformaram ao longo de diversos períodos históricos na Europa do Oeste desde a Idade Média. Elias em sua obra discute como ocorreu o refinamento das ações consideradas impróprias e vergonhosas, tendo em vista o lado privado da vida individual, pois o autor oferece um quadro da fragilidade que o processo civilizacional tem em relação aos indícios da descivilização que ocorreu na estrutura da personalidade dos indivíduos.

Em resumo, as mudanças ocorridas tanto nos indivíduos, quanto na sociedade, em processos de longa duração refletem de certa forma, na autoimagem e na composição social dos indivíduos. Elias em o Processo Civilizador, apresenta os conceitos e o desenvolvimento, de maneira que possamos compreender a identidade individual e social como um processo.

3.2. Sociogênese

Durante toda a obra, Elias trabalha a existência da dependência direta entre o processo individual civilizatório (psicogênese) e o processo social civilizatório (sociogênese). Desta forma, a mudança ocorrida nos modos comportamentais dos indivíduos tem estreitas relações com as mudanças na estrutura social das sociedades ocidentais. Portanto, o sujeito “mais civilizado” submeteu-se a um “processo psíquico civilizador” que é semelhante ao processo civilizatório pelo qual o Ocidente passou.

A civilização entendida como um processo, supõe uma transformação das estruturas psíquicas (*habitus*) do ser humano, rumo a uma crescente auto coação dos impulsos. Essa transformação do *habitus* está relacionada com as mudanças estruturais nas cadeias de interdependência social; essa transformação das estruturas sociais ocorreu por diversos fatores, entre os quais é importante destacar: o monopólio da violência e a diferenciação social.

A civilização dos comportamentos tornou-se necessária; o progresso e a existência da sociedade exigiam mudanças na base das relações humanas. Os homens passaram a considerar que a dominação das tendências naturais, seria necessária para construir o progresso social no seio coletivo, ou seja, uma sociedade de fato concretizada e “civilizada”. O conhecimento de certas leis colaborou para argumentar a favor do processo civilizatório e do aumento do uso da razão nas relações interpessoais.

Nas palavras de Elias a preocupação com a civilização das maneiras:

A razão humana não é ainda suficientemente exercitada; a civilização dos povos não se completou ainda; obstáculos inumeráveis se opuseram até agora ao progresso do conhecimento útil, cujo avanço só poderá contribuir para o aperfeiçoamento de nosso governo, nossas leis, nossa educação, nossas instituições e nossa moral (ELIAS, 1994, p.61)

Segundo Elias, a sociedade estava passando por um período de transição, ou seja, a maneira pela qual as pessoas se comportavam estavam se modificando, seguindo a linha de repressão das vontades “naturais”, e o enaltecimento da razão como motivadora dos comportamentos. A relação entre sociogênese e psicogênese, é simplificada nas palavras de Menell (1998):

“As citações retiradas dos livros de boas maneiras mostram a direção do desenvolvimento das sociedades ocidentais ao longo de vários séculos, o que lembra de forma bastante exata o desenvolvimento visto em cada criança individualmente à medida que passa pelo processo de ‘crescer’. (...) Isso ocorre pois cada jovem pessoa está sujeita automaticamente, a partir da primeira infância, a um processo civilizador individual que molda seu comportamento – em maior ou menor medida, e com grau de sucesso maior ou menor – aos padrões prevalecentes que, por sua vez, se

desenvolveram a partir de um processo civilizador social. Dessa forma, a psicogênese da personalidade de um adulto em nossa sociedade ‘civilizada’ não pode ser entendida a partir da sociogênese de nossa ‘civilização’” (MENNELL, 1998, p. 50).

A abordagem eliasiana da sociedade moderna, estabeleceu um diálogo entre as influências sociais e individuais nos processos que concomitante resultou em mudanças sociais. Partindo disso, para explicar o conceito de sociogênese, Elias relaciona as formas de interação com possibilidades socialmente limitadas com o arame interacional dos indivíduos e dos grupos.

Em tese, o autor recorre às análises figuracionais, partindo da identificação da forma da relação entre os indivíduos e grupos formados no interior das relações sociais. Na concepção figuracional concebida pelo mesmo, a questão do poder emerge como aspecto fundamental para explicar a dinâmica da vida social e as mudanças de posição dos grupos.

De acordo com Elias, os processos de mudanças internas frente aos grupos, são derivados do acesso aos mecanismos de poder e os benefícios sociais que provêm disto. Ele considera que a modernidade se caracterizou por uma formação estrutural, no qual as relações de interdependência entre os indivíduos assumiram em certa medida, maior intensidade, quando comparada com os modelos de sociedades precedentes. Entretanto, Elias (2011) considera que a inteireza da sociedade é marcada por esse aprofundamento das interdependências, todos os campos da vida social são afetados e se caracterizam pelo nível que a sociedade atingiu dessa integração. Esferas como a ciência, a vida familiar e o Estado, não estão fora dessa influência na sua estruturação (ELIAS, 2006).

As relações entre os grupos de interesses existentes no seio coletivo, foram tomando formas de outras sociedades que foram identificadas em estágios anteriores. Visto a associação com as fundamentações sociais, tal dinâmica de centralização reorganiza a própria interação entre os grupos, ou seja, reconfigurando-os. Portanto, a sociogênese se refere aos processos de formação de determinada configuração social, a vista disso, é uma teoria do desenvolvimento social que analisa as alterações ocorridas nas diferentes estruturas sociais. De acordo com Elias, é necessário investigar a transformação da estrutura da personalidade bem como de toda a organização social, para chegar a compreender e explicar os processos civilizadores.

O sociólogo alemão ressalta que:

O estudo psicogenético apreende todo o campo das energias psicológicas individuais, “a estrutura e a forma tanto das funções mais elementares quanto as mais orientadoras da conduta do indivíduo”. Simultaneamente, é necessário um estudo sociogenético que busca compreender

“[...] a estrutura total de um campo social formado por um grupo específico de sociedades interdependentes e da ordem sequencial de sua evolução” (ELIAS, 1993, p. 239)

O que diferencia a concepção de *habitus* explanada entre Bourdieu e Elias, é que, com o passar do tempo, as novas formas de comportamentos deixam de ser conscientes para se tornarem uma segunda natureza, essa segunda natureza é intitulada como psicogênese.

A razão em detrimento do processo de transformação, deveria prevalecer sobre o corpo e a emoção, pois o homem que controlava seus instintos, seu corpo, e os demais sentimentos transpostos, era considerado um homem civilizado. O corpo representava a fraqueza humana, pois a civilização se opunha à barbárie e à vida simples, pois para que ocorresse um tipo elevado de sociedade, com um alto padrão de moral e costumes, era necessário domesticar as “tendências naturais”.

Elias vai contra a ideia de uma totalidade de unidades, pois ele considera impossível pensar os indivíduos como unidades isoladas de qualquer relação que possam estabelecer com os outros, assim como as sociedades não pode ser meramente considerada supra-individuais e separadas dos indivíduos, não há uma barreira entre indivíduo e sociedade. Para ele, termos como indivíduo e sociedade são aspectos diferentes, mas inseparáveis. Aponta Elias: Trata-se de processos que de fato se diferenciam, mas são indissociáveis (Elias, 2001b: 45).

Nas palavras do autor:

Pode-se dizer com absoluta certeza que a relação entre o que é denominado conceitualmente de “indivíduo” e de “sociedade” permanecerá incompreensível enquanto esses conceitos forem usados como se representassem dois corpos separados, e mesmo corpos habitualmente em repouso, que só entram em contato um com o outro depois, por assim dizer (ELIAS, 1990, p.221).

Em suma, ao estabelecer a definição para a civilização, Elias desenvolve uma reflexão calcada em dois processos que são fundamentais para a sua análise sociológica: a sociogênese e a psicogênese. O processo de sociogênese é referente às mudanças estabelecidas de modo geral e de longa duração que foram sofridas pela sociedade. O segundo processo representa as transformações de longa duração calcadas nas estruturas de personalidade dos indivíduos, que em decorrer do processo resultaram em vastas modificações nos comportamentos dos indivíduos. Para Elias (1990) não há como separar estes dois processos; pois desta forma as: “estruturas da personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel” (ELIAS, 1990, p. 221).

Portanto para Elias, é impossível analisar a sociedade desvinculada do indivíduo e vice e versa, pois para o autor há uma dependência direta entre o processo individual civilizatório

(psicogênese) e o processo social civilizatório (sociogênese), as atitudes e os comportamentos individuais não podem ser vistos de forma abstrata e isolada dos demais movimentos sociais.

3.3. Psicogênese

Nobert Elias, com a célebre teoria do Processo Civilizador, nos apresenta a interdependência existente entre psicogênese e sociogênese que ocorreu nos processos de longa duração, no qual a psicogênese está relacionada às alterações que ocorreram na estrutura das personalidades, como também nas mudanças dos comportamentos. A relação entre a sociogênese e psicogênese se dá pelo fato de que as alterações que ocorrem nas estruturas das sociedades eclodem em alterações na estrutura da personalidade.

O autor nos mostra, a partir de estudos empíricos, os mecanismos que vão levando às transformações da estrutura da personalidade e comportamentos, desde a sociedade feudal até a formação do Estado Moderno, as passagens da coação e da auto-coação. Elias considera importante o mecanismo do Estado como sendo monopólio da violência, a formação da consciência individual pela autocoação, é que controla os impulsos e os afetos individuais.

Nas palavras do autor a relação entre coação externa e autocoação remete que:

Os homens aprendem a controlar-se de determinada forma e, dado o caso, também a exercer a violência sobre os outros, pela simples razão de que acreditam que mandam os espíritos (...) fica claro que a diferença entre etapas anteriores e posteriores de um processo civilizador não está no fato de que as autocoações estão presentes em um caso e ausentes em outro. O que muda é a relação entre coações externas e internas e, particularmente, o modelo de autodisciplina e o tipo de sua implantação.

Portanto, a construção da autocoação individual segundo o autor, possui uma relação direta com a coibição externa, que em grosso modo mantém a coesão social, e delimita quem é quem na sociedade, ou seja: a criação de uma nova estrutura de comportamento decorre de um longo processo no qual o indivíduo, através de coação externa, internaliza todas as maneiras e os comportamentos considerados “civilizados”, passando a fazer parte da própria constituição do ser, que adota determinados comportamentos inconscientemente (ELIAS, 1994, p. 189).

Deste modo, o Processo Civilizador sai da superfície “uniformemente de uma maneira específica que transcende as diferenças individuais” (ELIAS, 1994, p. 48) – estruturas de comportamento –, inserindo-se em instâncias mais profundas do ser, como as estruturas, mental e emocional, e quando está profundamente constituído no indivíduo e, mais

genericamente, na coletividade, desenvolve-se uma modificação na estrutura de personalidade.

O Processo Civilizador internaliza de certo modo, comportamentos sociais nos indivíduos, que não são planejados conscientemente, tais mudanças respeitam determinada ordem, pois há uma tendência a linearidade, os estágios de evolução social, tendem a concretizar um processo civilizador, sobre os diferentes estágios Elias em suas palavras transcende que é possível identificar e medir os diferentes estágios da evolução social:

Pelo maior ou menor alcance das possibilidades de controlar séries de acontecimentos não humanos – ou seja, o controle daquilo a que normalmente se chama “os acontecimentos naturais”. Pelo maior ou menor alcance das possibilidades de controlar relações interpessoais – ou seja, aquilo que usualmente se designa por “relações sociais”. Pela maior ou menor facilidade com que cada um dos seus membros se controla a si próprio enquanto indivíduo – pois que, por muito dependente que seja dos outros aprendeu desde a infância a controlar -se a um maior ou menor grau (ELIAS, 1980, p.171).

Desta forma, o Processo Civilizador não só é apenas responsável pelas mudanças que ocorreram na sociedade ao longo da história, como também é responsável pelas transformações que ocorreram no comportamento humano, pois contribuiu para modificar a personalidade que influenciou a sociedade ocidental nos últimos anos.

Em “A sociedade de corte” a psicogênese se caracterizou-se pela vida pública na corte real, à vista disso, certas atitudes que existiam no espaço privado de casa, deixaram de ser bem-vindas, vistas, e até mesmo distintas do convívio social. Pois pelo crescente aumento dos padrões sociais, como também de embaraço e da vergonha, as pessoas na corte passaram a ter um comportamento mais civilizado, pelo qual a cortesia passou a ser revigorante.

O objetivo de Elias tange em entender em como se desenvolveu na história do homem, o processo civilizatório, e em como este influencia no comportamento humano, o controle das emoções e a maneira de se comportar no espaço social são pontos chaves para assim sendo, se constituir a civilização. Para o autor é através da psicogênese que os indivíduos sofrem influência da sociedade, pois o indivíduo passa a agir de acordo com as leis e costumes que são aceitos por determinado grupo social. O autor comenta que “[...] as pessoas em certas sociedades são obrigadas a reproduzir, uma vez ou outra determinados padrões de conduta e cadeias funcionais específicas” (ELIAS, 1993, p. 239).

Nas palavras do autor o processo civilizador no que diz respeito a psicogênese, se caracterizou pela mudança no campo de batalha:

Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo. Parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano. As limitações mais pacíficas a ele impostas por outras relações com outros homens espelham-se dentro dele; um padrão individualizado de hábitos semi-automáticos se estabeleceu e consolidou nele, um 'superego' específico que se esforça por controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social. Mas os impulsos, os sentimentos apaixonados que não podem mais manifestar-se diretamente nas relações entre pessoas frequentemente lutam, não menos violentamente, dentro delas contra essa parte supervisora de si mesma. (ELIAS, 1994b, p. 203)

A psicogênese para Elias, seria capaz de interiorizar a passagem de coação externa para uma forma de autocontrole do indivíduo para consigo. Assim sendo, ocorre o desenvolvimento das estruturas da personalidade humana que transformam o comportamento do homem em sociedade. A psicogênese e as transformações individuais, têm sua origem no controle externo dos sentimentos e das emoções, porque mesmo o indivíduo sendo influenciado, ele parte da presunção que modifica o seio coletivo em que se encontra. Tais mudanças no comportamento do indivíduo vão sendo introjetadas pela própria pessoa, que passa a desenvolver um superego que a polícia, e ao mesmo tempo naturaliza o controle das pulsões, e este controle é necessário para que os comportamentos sejam modificados de acordo com um novo padrão das relações sociais no espaço público.

Desta forma, a vergonha que é internalizada pelo indivíduo durante o processo civilizador ocidental, permite uma conformação e estabilização de um *habitus* que é pautado no processo de refinamento das emoções como uma estratégia de distinção social, assim como de hierarquização, que se dá por meio da internalização dos sentimentos, e em modo particular da vergonha, como ponto central da ação individual no seio coletivo. Tal vergonha que é internalizada pelo próprio indivíduo, remete a eficácia na agência de autocontrole e de autolimitação que se dá, de forma consciente e inconsciente, de modo ambíguo e ambivalente para o próprio sujeito.

A vergonha passa a ser vivenciada como uma forma de tensão, de agitação e de desordem no interior da própria personalidade do indivíduo, esta tensão entra em conflito com as limitações impostas pelo artifício de interdependências na qual o sujeito faz parte. O processo pelo qual o autocontrole passa a ser exigido de forma contínua é visto na perspectiva eliasiana como uma mudança civilizadora dos comportamentos e dos sentimentos.

Em suma, pelo estudo psicogenético que Elias nos relata a respeito da formação de uma instituição, segundo o autor faz-se necessário ao cientista social estudar os elementos que fazem com que os indivíduos se tornem plenos integrantes de uma instituição, seja pela

mudança no seu comportamento ou pelo maior ou menor rigor que se dão nas atitudes e hábitos sociais, pois a mudança social que acontece, acarreta uma mudança individual que lhe é correspondente e necessária, e é vista como processo.

4. Considerações finais

Historicamente no Brasil, percebe-se que as universidades têm tido muitas dificuldades para realizar pesquisas com temáticas voltadas para a segurança pública e para o controle de violência. Essas dificuldades obedecem, a uma série de fatores, entre os quais, segundo Elias, o envolvimento dos pesquisadores com a dinâmica da vida coletiva ou, melhor dizendo, a falta de distanciamento com os fenômenos sociais que nos afetam. Em muitos casos, por exemplo, questões relativas à homofobia, racismo ou práticas de violência não nos causam estranhamento, talvez, pelo fato de convivermos em nosso cotidiano com essas práticas, por elas fazerem parte de nós como agentes ativos do nosso contexto social.

A tese de Elias sobre os processos em que a violência é internalizada nas culturas ocidentais, consiste no sentido de que é justamente esta internalização que é a base das sociabilidades e sensibilidades contemporâneas. A questão da civilidade pode ser compreendida como um mesmo processo que indicaria um sucesso das formas simbólicas de violência. Ressaltamos que a violência internalizada, segundo Elias, se refere à violência física que é reprimida, contida no interior do indivíduo.

A concepção de poder apresentada por Elias, nos faz compreender a dinâmica social de uma forma mais clara, pois para esse pensador, poder não é um instrumento que pertença apenas a um indivíduo, ou meramente a um grupo de indivíduos dentro de uma determinada sociedade, mas sim, é uma influência que todos em certa medida têm uns sobre os outros, desta forma, o autor aponta que tal característica faz parte da estrutura das relações sociais.

Desta forma, a compreensão das concepções de “processo de civilização” e de “controle das pulsões e emoções”, como também os conceitos enfatizados pelo autor de “figuração”, “interdependência”, “psicogênese”, “sociogênese”, “poder” e “habitus”, trouxeram em certa medida a possibilidade de compreensão da maneira como a mudança nas estruturas psíquicas e emocionais da sociedade, podem transformar e reconfigurar a forma como os indivíduos se comportam e passam a ver uns aos outros.

O equilíbrio de poder é um elemento de grande importância na estrutura das relações sociais, pois com maior equilíbrio entre os indivíduos, haverá relações mais controladas na dinâmica social.

O trajeto analítico que está sendo percorrido, nos permite analisar de acordo com a teoria eliasiana, as conexões existentes entre sociedade e Estado. Os desafios para a redução de violência no país não são pequenos, isto posto, inserem-se em um contexto mais amplo. É importante salientar que há uma necessidade de reformas estruturais na sociedade brasileira, bem como nos modelos de segurança pública, pois uma das características que compõe nossa estrutura social, é a aceitação da violência como resposta única, pois este mecanismo faz parte do princípio da moralidade social.

Em síntese, nossa pesquisa contribui no avanço das superações que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, a respeito das Universidades no Brasil enfrentarem as dificuldades de lidar com os problemas que afetam mais diretamente as populações de baixa renda, partindo disso, nossa preocupação é em contribuir de alguma forma para o equacionamento desse problema social. A teoria eliasiana, nos ajuda a compreender os mecanismos da situação paradoxal na área de segurança pública no Brasil, e a relação entre a nossa estrutura social com a situação de desigualdade social que marca a sociedade brasileira, o caminho percorrido pelo homem no controle de suas pulsões o leva a maior austeridade de atitudes em relação àqueles que podem ser considerados em certa medida mais vulneráveis perante a sociedade.

Referências

- BURKE, Peter (2012), —Norbert Elias and the social history of knowledge. *Human Figurations*, v.1, n. 1.
- COMTE, Auguste (1978), *Curso de filosofia positiva*. São Paulo, Abril Cultural.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Record, 1994
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1970.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. vol. II
- ELIAS, Norbert (2006), *Escritos & ensaios*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. vol.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.
- ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FLETCHER, Jonathan. *Violence and civilization – an introduction to the work of Norbert Elias*. Cambridge, UK: Polity Press, 1997.
- HEINICH, Nathalie (2001), *A sociologia de Norbert Elias*. Baurú, EDUSC.
- KILMINSTER, Richard (2013), — Norbert Elias and Karl Mannheim: Contrasting Perspectives on the Sociology of Knowledge, in F. Dépelteau e T. Landini (Orgs.), *Norbert Elias and Social Theory*. New York, Palgrave Macmillan.
- LANDINI, Tatiana Savoia e PASSIANI, Enio. *Entrevista com Stephen Mennell, Eric Dunning e Johan Goudsblom*. 2001. Mimeo.
- LANDINI, Tatiana Savoia. *A sociologia processual de Norbert Elias*. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização, 2005, Ponta Grossa - Paraná. *Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador*, 2005.
- MENNELL, Stephen. *Norbert Elias – an introduction*. Dublin: University College Dublin Press, 1998.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 139-166

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 2000.

WEBER, Max. TEXTOS SELECIONADOS. Traduções de Maurício Tragtenberg, Waltensir Dutra, Calógeras A. Pajuaba, M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. Revisão de Cássio Gomes (Parlamentarismo e Governo). São Paulo: Nova Cultural. 1997.